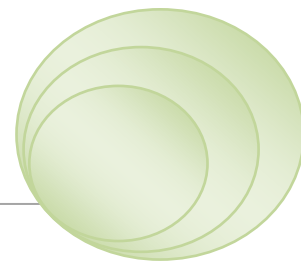


# *Sugestões Portuguesas no Romantismo Inglês*

---



Maria Leonor Machado de Sousa  
CETAPS<sup>1</sup>  
FCSH-UNL

O movimento romântico, na esteira do afastamento dos cânones neo-clássicos que se fazia sentir desde as últimas décadas do século XVIII, culminou, na primeira metade do século XIX, numa variedade de caminhos que se pretendiam novos, quanto aos temas, às origens, à força da sua afirmação. Assim, encontramos o interesse por um passado que recuperou a até então desprezada Idade Média, o gosto pelo exótico, que era no essencial aquilo que era diferente, e o exacerbar dos sentimentos, que tanto podiam ter a ver com o amor como com a solidão, o ódio, a violência ou a aceitação do sobrenatural.

Essencialmente oriundo dos países nórdicos, nomeadamente a Inglaterra e a Alemanha, o Romantismo buscou as suas fontes de inspiração no Sul da Europa, que no imaginário romântico se associava às atitudes violentas de paixão, ciúme, intriga, vingança, tendo ainda como justificação de interesse pelo seu passado a ligação estreita com um mundo difícil de conhecer directamente, o Oriente árabe, que a tradução francesa das *Mil e Uma Noites*, da autoria de Antoine Galland, apresentada à Europa entre 1704 e 1717, divulgara, suscitando grande fascínio. A primeira versão inglesa, de Edward William Lane, foi publicada entre 1839 e 1841, mas só a de Sir Richard Burton, de 1885-88, foi completa. Alguma coisa desse mundo tão diferente podia ainda, na imaginação dos românticos, ser encontrada nos países que os árabes tinham dominado na Europa durante 700 anos. Esta ideia foi uma das razões que trouxeram tantos viajantes britânicos à Península Ibérica nesta época. Não encontraram apenas monumentos, como aqueles que o arquitecto irlandês James Cavanah Murphy desenhou para a obra *Arabian*



*Antiquities of Spain*, publicada em 1815, cujas descrições “históricas e antiquárias”, segundo o frontispício, foram redigidas por Thomas Hartwell Horne.

Também a literatura romântica inglesa encontrou fontes de inspiração no passado árabe da Península. Há que destacar a conquista consumada em 711 na batalha de Guadalete, onde desapareceu o último rei godo, Rodrigo, que foi tema de quatro poemas românticos em inglês: dois de Robert Southey, *La Cava* e *Roderick, the Last of the Goths*, respectivamente de 1802 e 1814, um de Walter Scott, *The Vision of Don Roderick*, de 1811, e outro de Walter Savage Landor, *Count Julian*, de 1812.

Especificamente em Portugal não se encontram vestígios árabes arquitectónicos, ou mesmo históricos, que suscitassem interesse especial. Todavia, os viajantes atribuem a essa ascendência alguns factores da vida portuguesa, como a cor morena generalizada e a reclusão em que eram mantidas as mulheres, que só eram livres de sair de casa para irem à igreja, e mesmo assim acompanhadas. O uso da mantilha, que de algum modo lhes tapava a cara, e o costume de se sentarem sobre esteiras que cobriam o chão são também vistos como reminiscências árabes.

No que diz respeito a figuras da história portuguesa, o Romantismo inglês deu particular destaque àquelas que, aliás, eram as mais conhecidas na Europa: D. Sebastião, Camões e Inês de Castro. Há que salientar o número elevado de obras e referências e a importância de algumas das que foram escritas em língua inglesa. É preciso recordar que na segunda década do século XIX muitas personalidades britânicas estiveram em Portugal integradas no exército que veio combater os franceses. Nas cartas que pais, irmãos e maridos mandavam à família, descreviam o que iam conhecendo em Portugal, e muitos deles escreveram o que podemos chamar relatos de viagem, tanto geograficamente como da cultura e história. As duas autoras de obras sobre D. Sebastião, Anna Maria Porter e Felicia Hemans, tiveram irmãos a combater na Península, tendo o marido desta sido também combatente na Península.

A Guerra Peninsular inspirou ainda outro tipo de obras, como o conto *The Nun of Arouca* que Lord John Russell, duas vezes Primeiro-Ministro, publicou em 1822, e alguns romances, entre os quais *The Sisters of the Douro*, publicado por



Edward Quillinan, genro de Wordsworth, em 1841, e recentemente traduzido pelo Professor Gomes da Torre.

O caso de D. Sebastião que, por razões já estudadas na colectânea *D. Sebastião na Literatura Inglesa*, que o ICALP publicou em 1985 e o Instituto Camões inseriu na sua Biblioteca Virtual, interessou especialmente a Inglaterra no século XVII, tem ainda a ver com a personagem do Rei Rodrigo: para uns autores morreram ambos nas suas últimas batalhas, para outros escaparam com vida, que foi passada numa tentativa de expiação dos actos pecaminosos ou insensatos que levaram à queda dos seus reinos.

Para o Romantismo em geral, o Rei português, mais do que uma figura inexperiente e obstinada, é um visionário heróico, vítima de um destino adverso. Na literatura inglesa desta época aparece no romance histórico de Anna Maria Porter, de 1809, *Don Sebastian; or, the House of Braganza*, e em *The Renegade*, de 1812, que o seu autor, Frederick Reynolds, qualificou como “a grand historical drama”, mas sobretudo na poesia, onde encontramos uma tradução de um autor português que não parece ter tido mais nenhum texto vertido em inglês. Trata-se de Diogo Bernardes, o poeta que D. Sebastião levou a África para cantar a vitória que ele estava seguro de conseguir. O soneto entusiástico que Bernardes escreveu na altura da partida foi incluído por John Adamson na antologia bilingue *Lusitania Illustrata*, que publicou em 1846. Adamson vivera em Portugal no início do século, tendo regressado a Inglaterra nas vésperas das invasões francesas. Foi o mais importante divulgador da literatura portuguesa na primeira metade do século XIX. Há ainda duas traduções do espanhol, de Fernando de Herrera, por Felicia Hemans, de 1822, e de autor anónimo que John Gibson Lockhart, genro de Walter Scott, incluiu em *Ancient Spanish Ballads*, que publicou em 1823. A primeira intitula-se *Ode on the Defeat of King Sebastian of Portugal, and his Army in Africa* e a segunda *The Departure of King Sebastian*, de 1823. A mesma Felicia Hemans que traduziu a ode publicou em 1822 um poema dramático, *Sebastian of Portugal*, do qual publicou outra versão oito anos depois. Lord George Grenville narrou esta tragédia na segunda parte do seu longo poema *Portugal*, de 1812.



É de 1845 uma balada que Terence Hughes incluiu em *The Ocean Flower*, uma obra sobre o nosso país onde compôs vários poemas sobre figuras ou acontecimentos que quis destacar na nossa história. Tal como fizera Southey, que em 1796 planeava também escrever uma tragédia sobre D. Sebastião, alguns destes autores, nomeadamente Grenville e Hughes, ultrapassam o destino trágico do Rei português, explicando o sebastianismo, que classificam de uma seita. *Lord* Grenville, que esteve na batalha do Buçaco, considera que esse fenómeno se justifica particularmente na época em que Portugal procurava um herói que libertasse o país do jugo inimigo. Para este autor esse herói será Wellington, cujo heroísmo, bem como o das suas tropas, é afinal a razão de ser do seu poema.

A segunda figura portuguesa inspiradora na Europa foi Camões. Também neste caso as repercussões foram particularmente importantes em Inglaterra, onde ultrapassaram os limites cronológicos do Romantismo, podendo dizer-se em rigor até às comemorações do terceiro centenário da morte do poeta, em 1880, que foram também expressivas em Inglaterra, onde Camões já era bem conhecido no século XVIII, devido à famosa e discutida tradução de *Os Lusíadas* que William Julius Mickle publicou em 1776, com mais quatro edições até 1798 e outras seis no século XIX e, no que respeita à lírica, por ter já 11 poemas traduzidos até 1801.

Quanto à epopeia, entre 1826 e 1880 houve cinco traduções completas, uma dos cinco primeiros cantos, de Edward Quillinan, que Adamson publicou postumamente, e ainda cinco fragmentárias, dos cantos I, III, V (duas versões, uma de Felicia Hemans) e VI. A recepção do poema em Inglaterra, onde aliás fora já traduzido em 1655 por *Sir* Richard Fanshawe, o negociador do casamento de Catarina de Bragança com Charles II, foi entusiástica, suscitando artigos em revistas, epígrafes e referências várias, mas também críticas sobretudo às liberdades de Mickle, que transformara o poema no que ele considerou a “epopeia do comércio”.

Relativamente à lírica, a primeira colectânea, que incluiu também um excerto do canto VI de *Os Lusíadas*, foi publicada em 1803 pelo Visconde Strangford, nobre irlandês que ocupou vários cargos diplomáticos em Lisboa, onde em 1806 era já Ministro Plenipotenciário, tendo tido papel importante nas negociações que convenceram D. João VI a ir para o Brasil, para onde acompanhou



a corte, aí ficando até 1815. Esta obra, também várias vezes reeditada, tem como introdução um texto intitulado “Remarks on the Life and Writings of Camoens”, que criou aquela que viria a ser a visão romântica do poeta português, o génio incompreendido e infeliz, sobretudo no amor, que a pátria não soubera recompensar e deixara morrer na miséria. A sua poesia é vista como “espelho fiel da alma do escritor e produto imediato das ocorrências concretas da sua vida”, como é dito na página 130 da colectânea *Camões em Inglaterra*, que também o ICALP publicou em 1992 e o Instituto Camões incluiu na sua Biblioteca Digital. Esta visão biográfica da crítica literária camoniana, que o Morgado de Mateus divulgou em França com a edição monumental de *Os Lusíadas* que publicou em 1817, foi retomada e difundida em Inglaterra pelos dois autores responsáveis por uma visão abrangente da vida e obra de Camões, John Adamson com *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*, de 1820, e Sir Richard Burton, camonista, orientalista, viajante e diplomata, que fez preceder a sua tradução de *Os Lusíadas*, de 1880, do *Essay on the Life of Camoens*, embora este tentasse já encarar separadamente o homem do poeta, com quem ele romanticamente se identificou, pelo percurso que o levou à Índia e pelos aspectos infelizes da sua vida.

Adamson incluiu na sua obra várias traduções de poemas camonianos, suas e de outros poetas, um dos quais Southey, admirador dos sonetos, que considerava superiores a *Os Lusíadas*, e Burton reuniu em dois volumes o maior número de traduções apresentado até hoje em inglês. *Camoens, The Lyrics*, em 1884, inclui 360 sonetos, alguns dos quais a crítica camoniana considera hoje de atribuição errada, vinte e uma canções, catorze odes e cinco sextinas. Antes deles só John James Aubertin se abalançara a um número significativo de traduções, no caso os setenta sonetos de Camões que publicou como *Sonnets* em 1881.

Mas mais onze autores, entre os quais os já referidos Southey, Felicia Hemans e Adamson, tinham apresentado algumas traduções, geralmente de sonetos, sendo de destacar “Alma minha gentil”, que já fora traduzido no século XVIII mas que no Romantismo conheceu mais sete versões. A sua atracção não diminuiu, pois o Professor George Monteiro localizou dez traduções no século XX até 1990 (*The Presence of Camões*, 1996).



Como nota curiosa, vale a pena referir que também *Lady Wilde*, mãe de Oscar Wilde, verteu para inglês dois poemas portugueses, um dos quais o soneto camoniano “Um mover de olhos brando e piedoso”, que publicou sob o nome literário “Speranza” em Dublin, em 1848.

Outro caso de influência camoniana interessante é o de Elizabeth Barrett Browning, que imaginou o que teriam sido as últimas palavras que a celebrada Catarina / Natércia, que a tradição consagrou como a grande inspiradora do amor do poeta, terá dirigido à hora da morte ao seu apaixonado ausente. *Catarina to Camoens*, de 1843, teve grande reputação na sua época e suscitou lágrimas a John Ruskin, “como não lhe acontecia há cinco anos”, como escreveu numa carta de 1854 a Mary Russell Mitford, um nome que voltarei a mencionar.

Em 1850 a mesma autora publicou a série de sonetos *Sonnets from the Portuguese*, assim intitulada porque o marido, o também poeta Robert Browning, considerava a sua sensibilidade próxima da que era atribuída aos portugueses, chamando-lhe “a sua Catarina”. Todavia, na época foram muitas vezes considerados traduções, por um público pouco conhecedor da literatura portuguesa e também, segundo o Professor George Monteiro, porque o título se associava ao de Strangford, “Poems from the Portuguese”. Esta obra foi considerada a melhor que Elizabeth Browning escreveu.

Não só porque está intrinsecamente ligada a Camões, cujo poema épico ajudou ao seu conhecimento, mas também porque a sua história é o episódio da História de Portugal mais conhecido na Europa, Inês de Castro foi a personagem portuguesa mais tratada em Inglaterra, sobretudo no Romantismo, numa variedade de abordagens que torna esse tratamento digno de particular atenção.

Como aconteceu fora de Portugal, o género preferido para contar a sua história foi o drama. Começou esse interesse com a declaração de Southey, em 1796, acerca das tragédias que tencionava escrever sobre temas portugueses. Além da já referida sobre D. Sebastião, registou uma sobre Inês de Castro e outra sobre a vingança de D. Pedro. Nenhuma delas chegou a ser escrita, mas ficou-nos um projecto detalhado do que ele chamou *Pedro the Just*, no qual já não aparece Inês, apenas lembrada pela coroação, pela presença dos filhos e pela referência sempre



presente que justifica toda a acção. Numa novidade que não se repetiria, o centro da acção é Diogo Lopes Pacheco, o implicado na morte de Inês que escapou ao destino violento dos seus companheiros e cuja morte vem a ser evitada pela intervenção da filha, que intercede a seu favor acompanhada pelos filhos de Inês. É interessante verificar que Southey, muito crítico do episódio camoniano por causa das referências clássicas que Inês inclui no discurso em que pede clemência ao Rei, reconhece o pouco valor teatral da história, o que justifica o facto de que em Portugal o tema é sobretudo assunto de poesia. Talvez por isso diga na crítica que publicou de *Inez*, de Charles Symmons, de 1796, que nenhum outro assunto foi mais tratado na tragédia, embora não tivesse ainda aparecido um bom drama sobre ele. A verdade, que o Romantismo reconheceu, é que Inês é uma personagem passiva, que só ganha relevo na entrevista com o Rei, e que o verdadeiro herói trágico é D. Pedro. Todavia, no Romantismo inglês, a história de Pedro e Inês aparece primeiro na tradução das três tragédias portuguesas mais importantes até ao fim do século XIX: a *Castro* de Domingos dos Reis Quita, de 1766, por Benjamin Thompson, como *Inez de Castro, a Tragedy in three acts*, em 1800, através do alemão de H. von Zanthier; a *Tragédia de Dona Inês de Castro*, de Nicolau Luís, 1772, por Adamson, em 1808, como *Dona Inez de Castro, a Tragedy from the Portuguese of Nicola Luiz, with Remarks on the History of that unfortunate Lady*; e, em 1825, a *Castro* de António Ferreira, publicada em 1587, como *Ignez de Castro*, precedido de uma *Memoir of Antonio Ferreira*, por Thomas Moore Musgrave, que no ano seguinte publicou uma tradução de *Os Lusíadas*.

A estas traduções seguiram-se no século XIX seis tragédias originais, todas intituladas *Inês de Castro*, excepto a última de 1871, de Isabella Harwood, que apresentou a sua obra sob o pseudónimo Ross Neil, como *Inez: or the Bride of Portugal*. A primeira dessas tragédias é de 1821, de um autor que já referi, Walter Savage Landor, que lhe fez algumas alterações em 1828 e 1841. A história mereceu-lhe ainda outro tratamento, um diálogo entre Inês, D. Pedro e D. Branca, aqui apresentada como a princesa destinada a casar com o Infante, incluído no terceiro volume de *Imaginary Conversations*, de 1828. Pedro, que sabe que o seu casamento com a Infanta de Castela está decidido, tenta convencer Inês de que já não a ama,



mas acaba por dizer a verdade, e ambos pedem misericórdia a D. Branca, que não tem piedade, e Inês é morta. Numa nota final, o autor considera que a história tem apenas dois momentos particularmente próprios para o teatro: a entrevista com o Rei e a morte de Inês. Por isso mesmo todas estas tragédias são extremamente fantasiosas, chegando, no caso de Jonathan Skelton, que realizou um bom drama, a fazer a sua rival procurar Inês e o Rei a perdoá-la, mas esta, desvairada por lhe terem morto os filhos, corre alucinada e precipita-se do alto de uma muralha. Duas das tragédias inglesas do século XIX são da autoria de mulheres. A de 1828, de Mary Russell Mitford, chegou a estar em ensaios num teatro de Londres, mas nunca foi representada. A última, de Isabella Harwood, pode considerar-se a de melhor qualidade literária e poética, uma obra equilibrada, longe dos exageros sobretudo de terror que as outras apresentam. Uma nota final que vale a pena deixar aqui é o facto de em todas elas Inês e Pedro serem casados, o que pode talvez explicar-se pelo rigor moral teórico da época vitoriana.

Ainda na área dramática, há que registar uma ópera, embora um pouco mais tardia. Foi apresentada em Paris em 1869, pelo músico inglês Alfred Holmes. Aparentemente só a música será dele, mas mesmo assim seria interessante encontrar o libreto ou qualquer indicação que levasse ao nome do autor.

Inspirado por um quadro de Saint-Evre que representa a coroação de Inês de Castro, apareceu em 1830, tendo tido mais duas edições em Londres e outra em Nova Iorque, *The Talba, or The Moor of Portugal*, de Anna Eliza Bray, um romance histórico-gótico, que representa em Inglaterra a corrente chamada em França “hispano-mauresque”, na qual se inseriu também uma tragédia escrita por Victor Hugo em 1820. A este autor ofereceu o Duque de Orleães o quadro que inspirou Mrs Bray.

A coroação, que só duas vezes aparece no drama romântico inglês, foi assunto de pelo menos quatro poemas quase simultâneos e com o mesmo título: *The Coronation of Inez de Castro*. O primeiro terá sido de Alaric Watts, jornalista e poeta, que começou a sua actividade no *New Monthly Magazine*, em 1818-19. Nesta revista o publicou, mas com certeza mais tarde, pois cita já *Don Pedro's Revenge*, que apareceu em *The Literary Souvenir*, no volume que editou para 1829,





precedido pela narração pormenorizada da história de Pedro e Inês. De acordo com os seus temas, são ambos poemas lúgubres que glorificam um sentimento grandioso e apresentam D. Pedro como uma figura heróica, que o amor fez ultrapassar todos os limites, “a grief that no time can allay.” A coroação é descrita em versos longos, pesados e majestosos como o tema. A vingança é contada no ritmo da balada popular, sendo particularmente violenta a linguagem com que o Rei se dirige aos assassinos. O final descreve os túmulos onde os dois apaixonados descansaram.

Seguiu-se o poema de Felicia Hemans, de 1830. Trata-se de um texto de tom solene, que conclui com a declaração de que o amor é mais forte que a morte, o que ela considera provado com aquela cerimónia, “a strange and fearful sight.”

Temos depois o poema de Bernard Barton, funcionário num banco mas integrado no grupo dos poetas do primeiro Romantismo. Publicado nas suas Obras Poéticas, em 1833, detém-se sobretudo na figura de D. Pedro, cuja agonia procede do seu reconhecimento de que toda a pompa e grandeza das suas acções não podiam devolver a vida a Inês.

A última composição deste grupo, incluída em *Rhymes and Rhapsodies* de 1833, é assinada por Robert Folkestone Williams, a respeito de quem apenas consegui encontrar uma longa recensão crítica numa *Monthly Review*, também de 1833. Tem a curiosidade de pormenorizar o túmulo, “a noble monument in Alcobaça’s ancient Wall.” Grande parte das estrofes constitui o discurso que o Rei dirige à sua amada, em torno da saudade sem fim pela constatação de que todas as homenagens então prestadas não conseguirão devolver a vida àquela a quem ele prometera a realeza.

Todos estes poemas são rimados e têm qualidade. Todos eles se centram no sofrimento do Rei, de quem o último autor citado diz:

A shadow of deep suffering arose  
 Over his manly brow – it was the gloom  
 Of speechless passion, such as finds its close  
 But in the silent tomb.



Poderá haver um outro poema sobre este assunto e com o mesmo título, da autoria do médico escocês John Leyden, amigo de *Sir* Walter Scott que contribuiu para a colectânea de Matthew Gregory Lewis *Tales of Wonder*. Morreu em 1811. Foi colecionador de poesia popular escocesa e autor de vários poemas. Infelizmente não consegui encontrar o que aqui nos interessa e de que vi uma referência fugaz na internet que não pude recuperar.

No campo da poesia, encontramos mais uma intervenção de *Lady* Wilde, em 1848, desta vez uma adaptação em doze estrofes da *Cantata a Inês de Castro* de Bocage, seguindo os quadros tal como ele os apresentou, em alguns momentos com expressões e frases claramente modeladas sobre as do poeta português.

Para terminar o percurso do que foi a poesia britânica sobre Inês de Castro e embora a data ultrapasse de novo os limites do Romantismo, no qual aliás podemos sem problema incluir o que se segue, tenho de falar no prémio estudantil de Oxford, o Newdigate Prize, cujo tema foi Inês de Castro em 1883. Vinte e três poemas concorreram, tendo sido vencedor o de John Bowyer Nichols, autor de uma *Inez de Castro*, que é por certo o melhor poema inglês sobre o assunto. A história é apresentada do ponto de vista de Inês, que a recorda à janela até ao momento em que o Rei se aproxima e se cumpre o seu destino: “And the King entered, and Death came with him”. O crítico de *The Oxford Magazine* que fez a sua recensão foi pródigo em elogios – absolutamente merecidos – e considerou o autor discípulo do poeta simbolista Swinburne. Ao publicar o seu texto, Nichols fê-lo preceder de duas estrofes assinadas John William Mackail e seguir de outra estrofe, agora de H. C. Beeching. Ambos os fragmentos têm mérito poético e penso que se trata de estrofes de outras obras concorrentes. Infelizmente não poderemos ter a certeza porque, embora ambos os autores tenham publicado livros de versos, não aparecem em qualquer deles. Segundo o regulamento do concurso, os autores podiam retirar os seus textos, do que resultou não se encontrar nada nos arquivos da Universidade de Oxford, a não ser pouco mais que o regulamento e a lista dos temas escolhidos. A fonte principal de todos os estudantes terá sido a edição de 1876 da *Encyclopedia Britannica*, que tem um longo texto extraído de Fernão Lopes. Quanto à coroação, Nichols inspirou-se por certo em Mrs Hemans.



Para além destes temas privilegiados, outras figuras e assuntos portugueses surgiram no Romantismo inglês. Destaca-se o Marquês de Pombal, que encontramos num romance de Isaac Disraeli, pai do futuro Primeiro-Ministro Benjamin Disraeli, publicado em 1811: *Despotism, or the Fall of the Jesuits*, que trata de uma conspiração sediada em Lisboa, sob o impulso do Marquês e que leva à expulsão da Ordem dos países do Sul da Europa. Em 1845 William Giles Kingston escreveu um longo romance sobre o mesmo marquês, intitulado *The Prime Minister*. Este autor, que viveu alguns anos no Porto, escreveu um livro de viagens em Portugal e alguns contos de tema português, tal como fizera anteriormente Julia Pardoe, autora de *Traits and Traditions of Portugal*, de 1833.

Muitos dos contos e poemas mencionados apareceram pela primeira vez em publicações periódicas, das quais, em muitos casos, nunca saíram. Alguns dos textos agora referidos foram encontrados já em 2010, nomeadamente o primeiro de Alaric Watts e os de Bernard Barton e Robert Folkstone Williams. É este um bom indício de que os Estudos Anglo-Portugueses têm ainda um longo caminho para desbravar.

---

<sup>1</sup> Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.